

O ENTRELAÇAMENTO ENTRE MEMÓRIA, ORALIDADE E NARRATIVA: DISCUSSÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Pollyana Cardoso Dantas (Mestranda / PPGH-UFCG)

polydantas@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza¹

O Estatuto da Associação Brasileira de História Oral, fundada em 1994, em seu Art.1º, par.1º, esclarece o seu entendimento sobre história oral nos seguintes termos: “Por História Oral se entende o trabalho de pesquisa que utiliza fontes orais em diferentes modalidades, independentemente da área de conhecimento na qual essa metodologia é utilizada.”²

Segundo Ferreira e Amado (1998, p.viii): “(...) é possível reduzir a três as principais posturas a respeito do status da história oral. A primeira advoga ser a história oral uma técnica; a segunda, uma disciplina; e a terceira, uma metodologia.” Na obra onde esta apresentação está inserida, intitulada “Usos e Abusos da História Oral” e que é organizada pelas autoras acima citadas, a História Oral é por elas defendida como uma metodologia:

“Em nosso entender, a história oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho –, funcionando como ponte entre teoria e prática.” (FERREIRA & AMADO, 1998, p. xvi)

De acordo com Verena Alberti (1989, p.52), a História Oral é:

(...) um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica,...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos

¹ Professor titular da Universidade Federal de Campina Grande e integrante do quadro docente do Programa de Pós-Graduação em História pela mesma instituição.

² Estatuto da *Associação Brasileira de História Oral*, fundada em 1994, Art.1º, par.1º; In: *Revista de História Oral*, nº1, 1998:14

históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc...

Na perspectiva de Meihy (2000, p. 29),

História Oral é um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e que continuam com a definição de um grupo de pessoas (ou colônia) a serem entrevistadas, com o planejamento da condução das gravações, com a transcrição para o uso, arquivamento e, sempre que possível, com a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas.

Percebemos então, através das referidas e apropriadas citações, que a História Oral conta com métodos e técnicas específicas, cuja utilização implica na constituição de fontes e arquivos orais que desempenham um papel significativo na produção de pesquisas e na constituição de estudos históricos. Essa metodologia tem sido utilizada por profissionais das mais diversificadas áreas do conhecimento, que através dos relatos orais dos depoentes registram as memórias desse outro, seu olhar e perspectiva peculiares, emoções e sensibilidades, elaborando a partir desses relatos novas narrativas.

Sendo assim, trabalhar com fontes orais requer todo um treino por parte do pesquisador que participa de forma efetiva na elaboração desta fonte ao direcionar e conduzir o depoente de acordo com seus interesses, pois nenhuma questão é elaborada de forma gratuita. Daí o cuidado que o entrevistador precisa ter no momento em que conduz a entrevista, além da atenção redobrada em relação ao seu próprio comportamento, para que este não transmita suas angústias nem tão pouco force o depoente a responder de acordo com suas expectativas.

Nesse sentido, o encontro deve ocorrer de forma planejada e organizada, em um ambiente que favoreça a reelaboração e manifestação da memória do depoente, de tal modo que este fique à vontade tanto para discorrer sobre suas lembranças através de uma conversa fluida e rica em informações, como para expressar seus sentimentos, sorrir, chorar, lamentar, se enraivecêr, se ressentir, ou até mesmo esquecer, pausar, silenciar. Cabendo ao pesquisador ser paciente, estar com os ouvidos e olhos atentos ao depoente, percorrendo a trilha do relato por ele construído. Distanciando-se assim, do passado e do presente, neste caminho de dobras, idas e voltas.

No entanto, para além das questões técnicas, a utilização da História Oral pressupõe questões éticas, resultantes do compromisso firmado na relação

entrevistador/entrevistado, no momento em que este compartilha suas lembranças passadas através do ato de rememoração, enquanto aquele formula uma narrativa escrita, pautada em cortes e interpretações efetuadas na fala do outro, que refletem o quanto esse processo de reelaboração da narrativa é marcado pela subjetividade.

Diante do exposto, o pesquisador se torna responsável tanto pela investigação quanto pela difusão das informações obtidas para o público leitor, enquanto o entrevistado, ao desvelar suas lembranças, torna-se co-autor do conhecimento produzido e sujeito da história.

Mas há que se ter também cuidado com as leituras, usos e significados atribuídos as palavras proferidas na entrevista. Nesta perspectiva, Montenegro (2010, p.31), reitera a proposta foucaultiana de “(...) rachar as palavras, rachar as coisas; desnaturalizá-las e ir em busca dos fios que a engendram, que as significam.” Pois as palavras não operam de forma mágica, carregando consigo significados definitivos e absolutos, revelando um conhecimento claro e objetivo, por isso não se pode estabelecer definições acabadas como se as palavras pronunciadas na narrativa contivessem o próprio sentido e significado do mundo.

Desta forma, entende-se que os relatos orais de memória são passíveis de leituras várias, que resultam de operações complexas e seletivas, pois não há memória nem percepção pura, uma vez que estas reelaboram e ressignificam no presente aquilo que se apresenta aos sentidos. Destarte, o próprio depoente não sabe como o seu relato será lido pelo pesquisador, de modo que uma vez sancionado o uso da entrevista, a sua história será apropriada e adquirirá novos sentidos, por isso este relato pode vir a assumir o caráter de um recurso tático, por parte daqueles que conhecem os perigos do “viver a contrapelo”.

Isto acontece porque o presente age sobre o passado atualizando-o, relativizando-o ou até mesmo deslocando os seus significados. Em razão desta interferência, não podemos nos apropriar do passado como reflexo ou cópia do mundo, como adverte Montenegro (2010, p.40), “em razão do trabalho de elaboração, resultante da relação que se estabelece entre as memórias (passado) e a percepção de algo (presente), as marcas que se constituem como memórias devem ser compreendidas como registros híbridos.” Pois o próprio ato de rememorar contempla mediações e transformações.

Há que se considerar também o lugar social do entrevistado, o contexto no qual se insere as suas narrativas e que possibilita a emergência do seu relato,

“ao mesmo tempo, há que se compreender o lugar social do pesquisador, seus interesses, os aspectos técnicos e metodológicos da pesquisa e a operação da escrita. Institui-se uma relação em que os relatos orais, (...) se incorporam a um projeto e são deslocados para atender à lógica e à inteligibilidade do texto a ser produzido pelo pesquisador.” (MONTENEGRO, 2010, p.41).

Além das questões metodológicas, que compreendem entrevista, transcrição, permissão, análise e interpretação, e se constituem um aprendizado contínuo, não podemos nos esquecer que estamos lidando com experiências de sujeitos o que exige de nós sensibilidade, respeito e ética. “E assim voltamos ao começo desse percurso, ao movimento, à impossibilidade de capturar de forma absoluta os significados; ou mesmo determiná-los mediante uma relação que se deseja natural entre o dito e o vivido ou que se imagina real.” (MONTENEGRO, 2010, p.44)

No entanto, grande parte das narrativas que utilizam os relatos orais de memória enquanto fonte fazem menção a fatos não registrados por outros tipos de documentos, a fatos cuja documentação se deseja completar ou abordar por ângulos diversos.

Nesse sentido é possível afirmar que a metodologia da História Oral apresenta uma contribuição muito valiosa aos estudos e pesquisas desenvolvidos por profissionais das mais diversas áreas, por possibilitar auxílio no desvendamento de aspectos que outros métodos de investigação não alcançariam. De acordo com Thompson (1992, p. 137), "A evidência oral, transformando os "objetos" de estudo em "sujeitos", contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira". Para Thompson

“A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos.” (THOMPSON, 1992, p.44)

No entanto, o autor não advoga com isto a exclusividade dessa metodologia, mas aponta com precisão as possibilidades de enriquecimento que ela fornece na construção da narrativa histórica e de certo modo chama a nossa atenção para a necessidade de se complementar as análises a partir da multiplicidade de abordagens e metodologias.

Nessa perspectiva, dentre as possibilidades de enriquecimento da fonte, a subjetividade do entrevistado aparece como um fator diferenciado, conforme argumenta Portelli (1988, p.67):

“o elemento único e precioso que as fontes orais trazem para o historiador e que nenhuma fonte possui na mesma medida é a *subjetividade* do entrevistado. Se o enfoque da pesquisa é amplo e suficientemente articulado um panorama da subjetividade de um grupo pode emergir. As fontes orais não nos dizem apenas o que as pessoas fizeram, mas o que elas querem fazer, o que elas acreditavam estar fazendo, e o que elas agora pensam que fizeram.”

Sendo assim, a História Oral apresenta como elemento de composição a possibilidade de aproximação da realidade das pessoas, que através da entrevista compartilham suas memórias atribuindo sentido e significado a acontecimentos remotos no tempo presente. Por esta razão, entendemos que a memória não apenas preserva informações, para as quais nos voltamos interessados por conhecer determinado passado, mas é ela mesma um processo constante de atribuição de significados, não para o passado, mas para o presente, o que, em última instância, significa lidar de forma indissociável, com a relação passado/presente, no percurso das rememorações. Pois como afirma Sitton (1989, p.12), “(...) A história oral são as memórias e recordações de gente viva sobre seu passado.”

Apesar do reconhecimento da metodologia da História Oral nos diversos centros acadêmicos, sua utilização em trabalhos e pesquisas tem provocado intensos debates a respeito da própria produção das fontes, nos levando a pensar não apenas a relação entrevistador/entrevistado, mas promover o diálogo pertinente entre história e memória, o que, com frequência, tem exigido remodelagens conceituais e redimensionamentos no escopo das pesquisas.

Deste modo, quando partimos para pensar a prática do historiador, percebemos que o campo historiográfico está repleto de discussões epistemológicas sobre o uso das fontes e a tentativa de singularizar a narrativa histórica das demais narrativas consiste na

busca pela verdade na história. Essa busca é algo comum desde a antiguidade clássica e estava presente nas posições antagônicas sobre a escrita histórica de Heródoto e de Tucídides, como nos apresenta Jeanne Marie Gagnebin (1997). Para Heródoto a memória das testemunhas representava (simbolizava) a principal fonte histórica que garantia credibilidade à narrativa. Por isso, Heródoto procurava resgatar experiências passadas através de testemunhos alheios e dos seus próprios, construindo uma narrativa que se diferenciava da mítica. Tucídides, no entanto, ressaltava a fragilidade da memória das testemunhas em recuperar os acontecimentos, uma vez que estas adicionavam aos fatos memoráveis suas preferências pessoais. Por isso, a história para Tucídides deveria ser feita no presente, contando com a participação do escritor nos acontecimentos. Contudo, ambos valorizavam a palavra como meio de assegurar a verdade.

Nos anos 1950, Paul Ricoeur, passou a discutir não só a possibilidade de obtenção da verdade pela história, como a própria existência de uma finalidade para a mesma. Esse filósofo francês ofereceu aos historiadores uma importante discussão sobre a narrativa em história, ao transformar a narrativa no modo privilegiado, temporal e lógico, de organização e humanização do tempo. A narrativa seria, nesse sentido, uma espécie de reconfiguração das ações humanas, e funcionaria como uma imitação criadora das experiências temporais.

Na sua longa argumentação, em *Tempo e Narrativa* (1994), este filósofo nos conduz a uma tese circular onde temporalidade e narratividade organizam-se reciprocamente. Segundo Ricoeur (1994, p.15), “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal.”

Nesse sentido, as histórias relatadas através da narrativa, representam o tempo vivido, nos conduzindo ao jogo das experiências sociais. Por isso, o ato de narrar tem um papel fundamental na produção da memória, uma vez que as narrativas ordenam e dão inteligibilidade ao mundo vivido. E o fato destes acontecimentos serem narrados os vincula a compreensão narrativa, que reúne em uma história, acontecimentos dispersos de forma alguma inocente, atribuindo-lhes significados polissêmicos.³

³ Parafraseando Guimarães (2008).

Por isso a história, vista como um dos gêneros que compõem o campo narrativo vê-se tomada na correlação entre temporalidade da experiência humana e o modo de narrá-la. E neste sentido, compreender a narrativa em Ricoeur torna-se uma necessidade premente para empreender o entendimento da narrativa histórica, igualmente crucial para o tratamento de outro tema caro ao autor: a memória.

Para Ricoeur, a memória individual se alicerça e ganha forma na memória coletiva e quem promove a mediação entre ambas é o terceiro elemento que ele chama de *os próximos*, como ressalta Neves (2009). Daí resulta o importante papel que Ricoeur atribui a história por oferecer esquemas de mediação entre a memória individual e a memória coletiva. Ele ainda ressalta que o lembrar-se é uma experiência de (re)significação, (re)conhecimento, (re)criação das coisas e de si e “não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela.” (RICOEUR, 2007, p. 40)

Por sua vez, Pierre Nora (1981, p.8), ao discorrer sobre a distinção entre história e memória em seu texto *Entre a memória e a história: a problemática dos lugares*, compreende que “se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história.” Sua emblemática afirmativa nos leva a considerar que o lugar de memória é marcado por tensões, conflitos, relações de poder, recordações e experiências que embora distantes do presente atual, permanecem vivas na memória dos que dele fizeram parte. Tais memórias ressignificadas pelos depoentes através dos relatos orais sobreviverão sobre o olhar de uma história reconstituída.

Nesse sentido, a história nada mais é que uma representação do passado. Como esclarece Nora (1981, p.8), “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, (...) A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais.”

Nas palavras de Pierre Nora (1981, p.8):

A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal.

Outra importante contribuição acerca dos estudos sobre memória foi concedida pelo sociólogo Maurice Halbwachs (1990), que nos apresenta a possibilidade do indivíduo participar de duas espécies de memória: uma individual e outra coletiva, que o levarão a assumir posturas diferentes. No quadro de sua vida pessoal ganham importância as lembranças que se distinguem das que lhe são comuns com os outros. Mas em alguns momentos o mesmo indivíduo pode evocar lembranças impessoais que interessam ao grupo, se comportando como um membro deste.

A memória coletiva por outro, envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Ela evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal. (HALBWACHS, 1990, p.53-54).

Contudo, nossa memória não se confunde com a do outro uma vez que está limitada no espaço e no tempo da nossa vivência. Pois nos lembramos do que vivemos, sentimos, pensamos num dado tempo. Mas todos nós carregamos dentro de si uma bagagem de lembranças históricas que podem ser ampliadas pela conversação e pela leitura de outras fontes. Sendo assim, a memória individual está ligada a memória interior e pessoal, enquanto a memória coletiva está apoiada na memória exterior e social. E a primeira se apóia na segunda, já que toda história de nossa vida é uma experiência coletiva.

Os estudos empreendidos por esse sociólogo contribuíram significativamente para a nossa compreensão dos quadros sociais que compõem a memória. Estes quadros sociais referem-se de um lado, aos estímulos presentes que conduzem à rememoração e, de outro, à localização no passado do que o presente suscitou. Eles promovem assim, a articulação do presente com o passado. Pois rememorar é um ato que acontece no e é provocado pelo presente, tendo em vista que do passado retornam a nós os acontecimentos que correspondem às nossas preocupações e indagações atuais.

Nesse sentido, é importante enfatizar que os grupos aos quais pertencemos e os lugares aos quais nos vinculamos têm neles uma memória inscrita, da qual participamos. Por isso, o ato de rememorar também é estimulado pelos lugares, aos quais atribuímos significados sociais. Sendo assim, as noções de tempo e espaço são fundamentais para a rememoração do passado, na medida em que a localização espacial

e temporal das lembranças é a essência da memória. É importante também ressaltar que toda memória é seletiva, e por ser seletiva, rememorar é também esquecer.

Sendo assim, não é o passado todo inteiro que nos interessa, mas aquele que é solicitado no tempo presente. Pois nossas lembranças surgem porque os outros, ou a situação presente as provocam, portanto, o que o presente não solicita à memória é esquecido. Como Halbwachs elucida:

não é o passado todo inteiro que exerce sobre nós uma pressão com vista a penetrar em nossa consciência. Não é mais a série cronológica dos estados passados que reproduziria exatamente os acontecimentos antigos, mas são aqueles únicos entre eles que correspondem a nossas preocupações atuais que podem reaparecer. A razão de sua reaparição não está neles mas na sua relação às idéias e percepções de hoje: não é pois deles que partimos mas dessas relações. (Halbwachs, 1990, p.141-142)

Dentro dessa perspectiva, a historiadora Eclea Bosi esclarece em *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, que o ato de lembrar não implica reviver, mas reconstruir experiências passadas que chegam até nós com as imagens e ideias do presente. Pois,

Por mais nítida que nos pareça uma lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe sua diferença em termos de ponto de vista. (BOSI, 1999, p.55)

Deste modo, Eclea Bosi (1999) nos leva a refletir sobre relação presente-passado instituída na memória e que interfere significativamente no curso da narrativização das lembranças. Uma vez que essas são tecidas e retecidas pela memória no tempo presente.

Enfim, visando ao estabelecimento da História Oral como recurso legítimo, importante e meritório dentre as atuais abordagens à História contemporânea. Nos certificamos, a partir das discussões ora encaminhadas, que a História Oral possibilita a reconstituição e (re)interpretação de fatos históricos passados por meio dos relatos individuais e coletivos. Sendo esta metodologia responsável pelo entrelaçamento entre memória, oralidade e narrativa, todas marcadas por pertencimentos, interesses e subjetividades, que determinam e estabelecem os limites entre a lembrança e o esquecimento, o dito e o não-dito.

BIBLIOGRAFIAS:

- ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos*. 8.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- FERREIRA, M. & AMADO, J. In: FERREIRA & AMADO. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: 1998)
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. “Espaços e tempos entrecruzados na história: práticas de pesquisa e escrita.” (pp.135-166) In: *História: cultura e sentimento*. Outras histórias do Brasil. Organização Antonio Carlos Montenegro...[et al.]. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Cuiabá: Ed. Da UFMT, 2008.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- MEIHY, Jose C. S. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 2000.
- MONTENGRO, Antonio Torres. *História Oral e Memória. A cultura popular revisitada*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- _____. *História, metodologia, memória*. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- NEVES, Margarida de Souza. “Nos compassos do tempo. A história e a cultura da memória.” (pp.21-33). In: **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia**. Organização Raquel Soihet...[et al.]. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.
- NORA, Pierre. Entre a memória e a história. A problemática dos lugares. In: *Projeto História*: São Paulo, SP, 1981. Tradução Yara Aun Khoury. (pp.7-28)
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- _____. *Tempo e narrativa*, tomo I. Campinas: Papirus, 1994.
- SITTON, Thad et alii. (1989) *História Oral – una guía para profesores (y otras personas)*. México (D.F.): Fondo de Cultura Económica.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.